



Texto para discussão

292

**Impactos da economia
chinesa sobre a brasileira no
início do século XXI: o que
querem que sejamos e o que
queremos ser**

**Bruno De Conti
Nicholas Blikstad**

Abril 2017

Instituto de Economia
UNICAMP



Impactos da economia chinesa sobre a brasileira no início do século XXI: o que querem que sejamos e o que queremos ser¹

Bruno De Conti²
Nicholas Blikstad³

*The Chinese century is not at the beginning of the end;
it is at the end of the beginning.*

Hu Angang (2015)

Nenhuma discussão rigorosa sobre a dinâmica da economia mundial pode hoje negligenciar a importância da China. Outrora restrita aos aspectos relativos ao comércio internacional, essa importância perpassa hoje os temas das finanças, da tecnologia, da moeda, do poder bélico e mesmo da cultura. Basta dizer que a economia chinesa é atualmente a segunda maior do mundo, seu crescimento é há anos um dos principais motores da economia global, sua moeda é aquela cuja participação no Sistema Monetário Internacional cresce de forma mais acelerada, além de outras constatações abundantemente destacadas pelas análises acadêmicas e pela grande mídia.

Em decorrência, nenhuma discussão rigorosa sobre qualquer economia nacional do globo pode tampouco prescindir, hoje, da análise da economia chinesa e de seus efeitos – diretos e indiretos – sobre o país em questão. Para países periféricos, essa necessidade é ainda maior, já que suas economias são historicamente sensíveis aos movimentos da economia mundial. Esse é exatamente o sentido do presente texto, que tem o objetivo de analisar o padrão de crescimento chinês e suas mudanças recentes, com o intuito último de jogar luz sobre seus impactos na economia brasileira.

(1) Este texto é uma versão preliminar de capítulo do livro coletivo “Para além da política econômica: crescimento, desaceleração e crise no experimento desenvolvimentista” em discussão no âmbito do Instituto de Economia da Unicamp.

(2) Professor do IE/Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (Cecon/IE/Unicamp).

(3) Doutorando do IE/Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (Cecon/IE/Unicamp).

Muitas análises já foram feitas sobre o papel do chamado “efeito China” sobre o período de euforia da economia brasileira (2003-2010). No entanto, ainda não são tão frequentes os estudos que vinculam a desaceleração e, posteriormente, a crise brasileira atual às dinâmicas da economia internacional. Com propósitos políticos ou não, há mesmo estudos que explicam a crise pela qual o Brasil passa hoje meramente por razões internas, ou seja, por erros do governo de Dilma Rousseff. A hipótese subjacente ao presente texto é a de que a crise atual deve ser explicada por equívocos dos últimos governos, mas também por fragilidades estruturais da economia brasileira e pela situação da economia internacional. Adicionalmente, sugere-se, aqui, que algumas dessas fragilidades estruturais da economia brasileira foram acentuadas no período recente, amplificando sua suscetibilidade às intempéries globais. E o aprofundamento dessas fragilidades esteve vinculado justamente às dinâmicas engendradas pela economia internacional, em especial, a chinesa – e, paradoxalmente, à euforia que essas dinâmicas ajudaram a criar no Brasil.

Para desenvolver a linha de raciocínio que conduz às conclusões acima esboçadas, o artigo conta, além desta Introdução, com quatro seções adicionais. Na primeira seção, reconstrói-se brevemente o percurso histórico que conduziu – ou reconduziu – a China à posição de potência mundial; a segunda seção concentra-se na dinâmica da economia chinesa no século XXI, apresentando as mudanças recentes no padrão de crescimento (nomeadamente, no ritmo e nos vetores de dinamismo) e seus desafios de curto e médio prazo; na terceira seção, são analisados os impactos – diretos e indiretos – dessa trajetória da economia chinesa sobre o Brasil; na sequência, são tecidas algumas considerações finais.

1 Breve recuperação histórica da trajetória que (re)conduziu a China ao papel de potência global

Um breve olhar sobre a história chinesa é importante para a compreensão do momento atual e das perspectivas para a economia chinesa. Defende-se, aqui, que esse percurso analítico que resgata o passado transcende o que poderia ser entendido como mera ilustração – ou erudição – histórica, mas fornece as bases para a efetiva compreensão dos (firmes) passos dados pelo país na metade de século que antecede o período central de análise do artigo, o século XXI. É necessário recuar ao menos até a Revolução Chinesa, pois a simples menção às “reformas pró-mercado” pós-1978 – como é comum em

muitos estudos – não dá conta de explicar o vigor da economia chinesa atual e, portanto, de suas potencialidades.

De fato, as reformas iniciadas em dezembro de 1978 não teriam resultado se não fossem as bases deixadas pelo período maoísta. Popov (2015) afirma que as conquistas mais importantes desse período foram: i) instituições fortes; ii) capital humano. Deixando de lado qualquer tentativa de neutralidade semântica e explicitando o que de fato foram essas conquistas, é razoável anunciá-las como: i) Estado forte; ii) trabalho, saúde e educação para a população⁴.

Alguns poucos – mas eloquentes – fatos e números dão a dimensão do grau de radicalidade dessas mudanças: enquanto no fim do século XIX, o governo central tinha um orçamento de apenas 3% do PIB e o governo do Kuomintang (1912-49) de 5% do PIB, o Estado que Mao deixa para as reformas de Deng Xiapoping conta com um orçamento de 20% do PIB. Um amplo programa de reforma agrária permite à população preponderantemente rural a possibilidade de trabalhar na terra. A expectativa de vida na China, em 1950, era de apenas 35 anos (!) e atinge, no fim dos anos 1970, 65 anos (Popov, 2015). Contando com “*clearly the greatest experiment in the mass education in the history of the world*” (Unesco, 1984)⁵, a taxa de alfabetização saiu de 28% em 1949 para 65% no fim da década de 1970.

A taxa de investimento no período pré-1949 era de algo como 5% do PIB (Perkins, 1997) – insuficiente até para manter o estoque de capital – e, no período pós-Revolução, avançou rapidamente para 20% e, posteriormente, 30% do PIB. O investimento governamental – que liderava o processo – foi inicialmente concentrado na indústria e nos setores de transportes e comunicação. Sob influência da experiência soviética, o Primeiro Plano Quinquenal (1953-57) teve como objetivo desenvolver a indústria pesada no país e, simultaneamente, a infraestrutura. Houve de imediato uma mudança extraordinária no dinamismo econômico e o PIB começou a crescer de forma

(4) Evidentemente, não se pretende afirmar aqui que o período maoísta foi marcado apenas por conquistas. Uma análise sobre os aspectos negativos desse legado transcende, no entanto, o escopo deste artigo. O intuito aqui é simplesmente destacar que o período de acelerado crescimento começa antes das reformas de 1978 e que o sucesso econômico atual tem raízes em transformações promovidas desde 1949. Para detalhes sobre a importância do período maoísta para a industrialização chinesa, ver Milaré e Diegues (2012).

(5) Apud Popov (2015, p. 81).

acelerada. Se entre 1820 e 1950, o PIB chinês ficara praticamente estagnado⁶, entre 1950 e 1973, sua taxa de crescimento médio foi de 5% ao ano, o que significou uma elevação média do PIB *per capita* de 2,9% ao ano⁷. Mesmo o comércio externo, apesar de ainda assentado em bens básicos, já não era desprezível.

Quando, portanto, Deng Xiaoping inicia as reformas de 1978, o país era outro, com uma parcela não desprezível da população com melhores condições de vida, um Estado com capacidade de planejamento e execução, e uma economia já a pleno vapor.

De toda forma, o diagnóstico de seu governo indicava um desajuste estrutural grave na economia chinesa, resultante, em grande medida, de performances bastante distintas entre os diversos setores. O foco na indústria pesada resultara em baixas taxas de crescimento no setor agrícola e na indústria de bens leves. Dada a relevância desses dois setores para, respectivamente, a geração de emprego e a oferta de bens de consumo acessíveis aos trabalhadores, o bem-estar da população estava sendo comprometido (Monteiro Neto, 2005).

No âmbito internacional, os anos 1970 foram marcados por uma reaproximação da China com os Estados Unidos (EUA). Antagônicos em muitos aspectos, os dois países uniam-se pelo desejo de enfrentamento à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A aproximação se iniciou com a visita de Nixon a Mao, em 1971, e prosseguiu com Kissinger e depois Carter, resultando na decisão de conferir o *status* de nação mais favorecida à China. Mas, ao contrário de Japão, Coreia do Sul e Taiwan, que viveram um “desenvolvimento a convite”, a China soube conciliar esse apoio com a manutenção de uma estratégia autônoma (Medeiros, 2008).

(6) No século XIX, o processo de industrialização de alguns países ocidentais – e sua força expansionista implicada – determinaram um assédio constante e violento por parte dessas nações para que a China abrisse seus portos ao comércio internacional. Nesse contexto, a última dinastia chinesa (a dinastia Qing, que durou de 1644 a 1912) enfrentou invasões estrangeiras que têm na Guerra do Ópio (1839-1842) aquela mais conhecida – e mais destrutiva –, mas que foram incontáveis. Além da Guerra do Ópio, as principais invasões estrangeiras do período foram: anglo-francesa (1856-1860); francesa (1883-1895); sino-japonesa (1894-95); invasão imperialista (1898); japonesa (1905). Adicionalmente, houve também revoltas internas, com destaque para: Taiping (1851-1864) e Revolta dos Boxers (1898-1901). Diante disso, a economia chinesa passou por mais de um século de convalescência e de 1820 até cerca de 1950 o Produto Interno Bruto (PIB) chinês ficou praticamente estagnado, com o PIB *per capita* declinando.

(7) Cf. Monteiro Neto (2005).

Nesse contexto, iniciou-se na China um movimento inequívoco do planejamento econômico centralizado em direção a um uso maior dos mercados, e das sinalizações e mecanismos de incentivo mercantis (Singh, 1993). No entanto, esse movimento – e as mudanças institucionais implicadas – foram muito graduais, seguindo à máxima de “atravessar o rio sentindo cada pedra” (Deng Xiaoping).

A estratégia foi modernizar a economia, mas preservando a unidade nacional, as instituições políticas assentadas no monopólio do poder pelo PCC e a propriedade preponderantemente pública das terras e do capital. Houve, de fato, uma conciliação entre a manutenção do planejamento central, mas com grau maior – e crescente – de descentralização administrativa.

Do ponto de vista da produção setorial, os principais objetivos alinhavam-se com a necessidade de dar uma resposta ao diagnóstico supracitado com relação aos desajustes estruturais, ou seja, buscava-se o aumento da produção agrícola e uma transição da indústria pesada para a leve. Isso foi feito primordialmente por mudanças nos mecanismos de organização produtiva, um pesado investimento em infraestrutura e a facilitação da aquisição de bens intermediários⁸.

No tocante ao comércio exterior, a chamada política das “portas abertas” partia do reconhecimento da necessidade de importação de tecnologia e, em termos mais amplos, da pertinência do aprofundamento do comércio exterior chinês como importante vetor para o desenvolvimento econômico do país⁹. Os mecanismos iniciais foram a descentralização decisória, o aumento do acesso de algumas empresas ao mercado cambial e a criação das zonas econômicas especiais (ZEE), com menos restrições e regulações. Ademais, foram sendo gradualmente aliviadas algumas restrições relativas à entrada de Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Adicionalmente, houve reformas na gestão das empresas estatais, liberalização de uma parte dos preços da economia, realização de uma política monetária expansionista, uma política cambial favorável e expansão do gasto público.

Os resultados econômicos foram impressionantes. De 1978 a 1989, o consumo *per capita* dobrou; a população abaixo da linha de pobreza, que ainda

(8) No setor agrícola, foi muito relevante o aumento no uso de fertilizantes e energia elétrica. O resultado foi um extraordinário aumento da produção agrícola.

(9) Para detalhes, ver Zana (2016).

era de 28% em 1978, caiu para 8,6% em 1989 (menos 170 milhões pessoas consideradas pobres); de 1978 a 1991, as exportações chinesas cresceram de 0,3% para 1,8% das exportações mundiais; já em 1992, 80% dessas exportações eram de manufaturados. Obviamente, isso aumentou muito a capacidade da China de importar, sobretudo bens de capital.

O ano de 1992 é tido como um novo marco na evolução da estratégia chinesa. Nesse momento, Deng Xiaoping se afastou do governo e uma nova rodada de reformas foi colocada em prática. Foi implementada uma estratégia de diversificação das exportações e de *catching up* tecnológico que passava primordialmente por uma abertura adicional para os IDEs, pela criação de novas ZEEs e pela formação de conglomerados empresariais¹⁰ em setores estratégicos (com o intuito de torná-los futuramente capazes de competir com as grandes multinacionais globais).

O padrão de crescimento chinês continuou acelerado, assim como os ganhos de participação no comércio internacional e a entrada em setores e produtos de tecnologias cada vez mais avançadas. Assim, por meio de uma estratégia absolutamente autêntica – a despeito da inspiração seletiva em algumas políticas bem sucedidas em outros países –, a China criou seu próprio caminho, denominado por Deng de “socialismo de mercado”¹¹. Análises que vinculam o dinamismo chinês à mercantilização de sua economia não podem jamais ignorar, portanto, o absoluto protagonismo do Estado na definição dos rumos da economia.

Ao final do século XX, já era clara a re-emergência da China como grande potência mundial. Não era claro, porém, se a velocidade e a intensidade das transformações poderiam ser mantidas no século que se iniciaria.

2 A dinâmica da economia chinesa no século XXI: crescimento econômico e mudança dos vetores de dinamismo

O século XXI começa com um relevante acontecimento para a China – e para o mundo –, qual seja, a entrada do país na Organização Mundial do Comércio (OMC). Dando continuidade aos debates precedentes, a presente seção analisa o período compreendido entre esse importante marco – que tem

(10) Inspirados nos Chaebols coreanos (Medeiros, 2008; Milaré; Diegues, 2016).

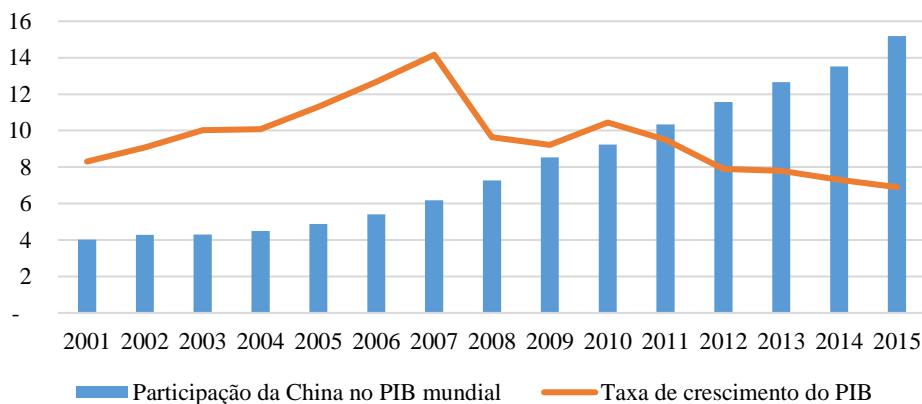
(11) Termo controverso na literatura acadêmica, mas utilizado pelo governo chinês. De fato, o próprio ineditismo da experiência chinesa dificulta sua categorização.

caráter formal, mas também consequências concretas, como se verá – e o momento atual, ou seja, 2001 a 2016. O objetivo da seção é analisar o crescimento chinês no período em tela, com foco nos desequilíbrios decorrentes, e discorrendo também sobre os desafios futuros para a economia chinesa.

O período anterior à crise financeira global foi marcado pela aceleração do crescimento chinês, que passou de 8,3% em 2001 para 14,2% em 2007. Com a eclosão da crise, em 2008, iniciou-se uma tendência de queda dessa taxa, que chegou a 6,9% em 2015 (ver Gráfico 1).

O aumento da participação do PIB chinês no PIB mundial (Gráfico 1) no período em tela explicita a importância que os rumos da economia desse país possuem para o restante do mundo. Em apenas quinze anos, o produto chinês saltou de meros 4% para impressionantes 15,2% do produto global.

Gráfico 1
Taxa de crescimento (% a.a.) e participação do PIB da China no PIB mundial
(%, com os PIBs medidos em US\$ correntes)



Fonte: FMI e *China Statistical Yearbook* (Vários anos). Elaboração própria.

Diante do incrível dinamismo da economia chinesa nesses últimos quinze anos, deve-se identificar os principais vetores desse crescimento e seus possíveis limites, que se tornaram mais claros no atual contexto de crise global. Para tanto, é importante também analisar a construção de certos desequilíbrios na economia chinesa nesse início de século. Segundo Zhang (2016), o país vive

hoje a necessidade de reequilíbrios em duas frentes¹², a serem analisados na próxima subseção: i) reequilíbrio interno, relativo à contribuição dos vetores internos de dinamismo para o crescimento do PIB, tanto pelo lado da demanda quanto da oferta; ii) reequilíbrio externo, com a pertinência de uma diminuição da contribuição das exportações líquidas para o crescimento do PIB, de forma a reforçar o caráter endógeno do dinamismo econômico chinês¹³.

A dinâmica do PIB chinês e os vetores de dinamismo: um olhar pelas óticas da demanda e da oferta (2001-2015)

A entrada da China na OMC, a queda da tarifa média de importação ao longo da década de 1990¹⁴ e os esforços adicionais empreendidos pelo país, a partir de 2001, para a abertura de novos mercados (Zana, 2016), propiciaram uma maior integração comercial do país com o resto do mundo. Ao mesmo tempo, a aceleração da economia internacional, a partir de 2002-2003 – assentada em um círculo virtuoso de estímulos recíprocos notadamente entre as economias chinesa e estadunidense – manteve e até acelerou a tendência de forte dinamismo das exportações e importações da China, com uma taxa de crescimento anual superior aos 20% em grande parte do período 2002-2008 (ver Tabela 1).

Com a eclosão da crise financeira global, em 2007-2008, ocorreu uma desaceleração da taxa de crescimento do comércio mundial e a China não passou ileso, com uma expressiva contração de 11% das exportações em 2009. A despeito de uma recuperação pontual no ano seguinte, as taxas de crescimento das exportações e importações totais chinesas se reduziram drasticamente desde então, havendo até uma rara contração das exportações em 2015.

(12) No tocante ao desequilíbrio interno, Zhang (2016) menciona também o intenso crescimento do crédito; além disso, discorre também sobre outros dois desequilíbrios: o ambiental e o da distribuição de renda. Essas análises fogem, no entanto, ao escopo deste trabalho.

(13) Uma posição comercial superavitária não é, por si só, uma fonte potencial de instabilidade econômica, mas quando isso ocorre em uma economia com proporções continentais, como a China, e na dimensão a que chegou nesse país, alguns autores indicam que ela pode não ser sustentável no longo prazo.

(14) As tarifas médias de importação na China passaram de 34,8% em 1992 para 13% em 2001 (Milaré e Diegues, 2016).

Tabela 1

Taxa de crescimento anual das exportações e importações de bens – China – em volume (%)

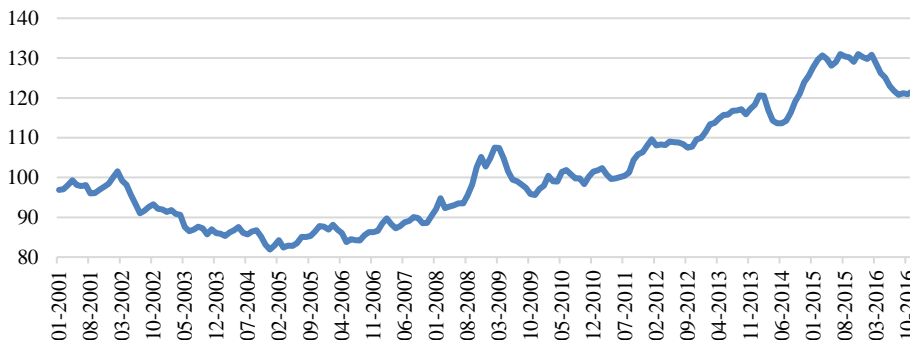
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Exportações	23	29	28	24	26	19	10	-11	29	11	7	10	4	-2
Importações	21	31	20	13	17	13	5	3	23	12	6	10	4	0

Fonte: FMI.

Como visto na seção 1, parte importante da estratégia chinesa de conquista de mercados externos passou (e passa) por sua política cambial. A manutenção de uma taxa de câmbio desvalorizada foi sempre funcional ao estímulo das exportações líquidas e, portanto, do PIB¹⁵ (Gráfico 2). Por outro lado, entre final de 2009 e meados de 2015, o yuan teve uma valorização real de 35% em relação à cesta das moedas mais importantes para suas relações comerciais, representando uma contribuição adicional para a redução dos resultados da balança comercial.

Gráfico 2

Taxa de câmbio real efetiva (*) – China – 2010=100



Nota: (*) A taxa de câmbio real efetiva elaborada pelo BIS é um índice que pondera as taxas de câmbio reais bilaterais de acordo com o peso dos demais países no comércio exterior do país em questão. Pela forma como é calculada, uma elevação dessa taxa efetiva real significa a apreciação da moeda e vice-versa.

Fonte: Bank for International Settlements.

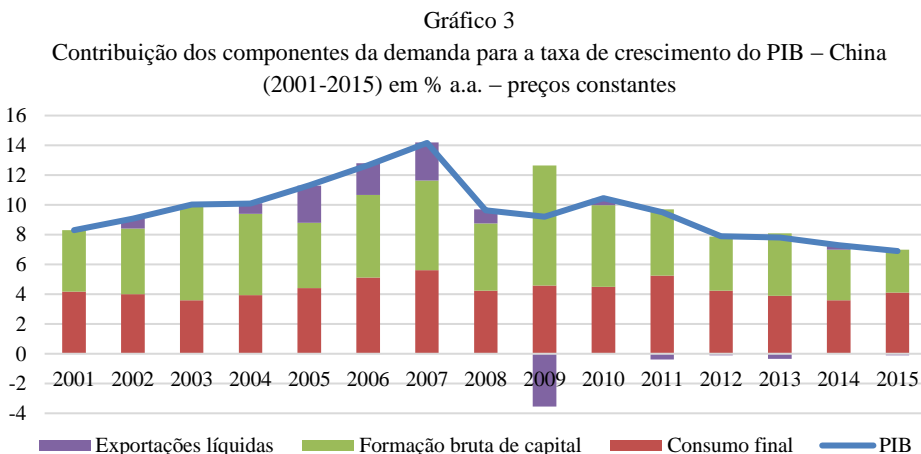
A despeito de a valorização cambial já ter se iniciado, no período pré-crise as condições econômicas internacionais levaram a um aumento da participação das exportações líquidas no crescimento do PIB chinês até 2007

(15) A competitividade chinesa também se deve aos baixos salários no período, aos incentivos tributários e às economias de escala.

(Gráfico 3). No entanto, as principais contribuições não provinham diretamente do comércio exterior, mas sim da formação bruta de capital e do consumo final¹⁶.

No tocante ao consumo final, chama a atenção a sua estabilidade, com uma contribuição ao crescimento que se manteve entre 4% e 5% do PIB ao longo de todo o período. Contribuíram para isso uma taxa de desemprego baixa e estável, entre 3,6% e 4,3%¹⁷; uma estabilidade na taxa de crescimento da renda, com a renda real média dos centros urbanos quadruplicando entre 2001 e 2015¹⁸; e o aumento do crédito para as famílias, a partir de 2006-2007.

Entretanto, a fonte de demanda que se destaca na primeira década do século é aquela relativa à formação bruta de capital, com uma participação para o crescimento que foi oscilante, mas invariavelmente superior àquela das demais rubricas. É importante também destacar que esse investimento foi fortemente estimulado pelo crescimento do comércio externo (Zana, 2016), sendo possível afirmar que no período de aceleração do crescimento (2001-2007) – assim como nas décadas precedentes – os principais vetores para a aceleração do dinamismo da economia chinesa foram as exportações e a formação bruta de capital¹⁹.



Fonte: *China Statistical Yearbook*.

(16) O consumo final inclui o consumo das famílias e do governo.

(17) Dados do FMI.

(18) Dados do *China Statistical Yearbook*.

(19) Uma parcela da formação bruta de capital é induzida justamente pelas exportações; outra parcela importante é autônoma, relativa notadamente aos investimentos em infraestrutura.

Em 2009, apesar da forte contribuição negativa das exportações líquidas, a taxa de crescimento do PIB manteve-se em um patamar similar ao do ano anterior (levemente inferior a 10%). Como mostra a Tabela 2, isso foi possível em função de um elevadíssimo aumento da contribuição da formação bruta de capital para o crescimento, atípica até mesmo para os padrões chineses. Esse movimento se deveu ao gigantesco pacote de estímulo fiscal anunciado pela China em novembro de 2008, no valor de RMB 4 trilhões (cerca de US\$ 580 bilhões ou 14% do PIB), que foi direcionado principalmente para infraestrutura e construção, levando a um imenso aumento na taxa de formação bruta de capital, de 42% para 47% do PIB entre 2007 e 2009.

Tabela 2
Componentes do PIB pela ótica da demanda – % PIB – China (2001-2015)

	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Consumo final	61	57	53	50	49	49	50	52
Formação bruta de capital	36	41	42	42	47	48	48	45
Exportações líquidas	2	2	5	9	4	3	2	4

Fonte: *China Statistical Yearbook*.

Esse pacote de estímulos contou também com um afrouxamento da política monetária. De fato, a forma de financiamento desses gastos não ocorreu majoritariamente por injeção direta de recursos fiscais, mas sim pelo aumento da concessão de crédito às corporações não-financeiras.

Se por um lado o pacote de estímulos foi eficaz para a manutenção do crescimento econômico no curto prazo, por outro lado, ao focar no aumento do investimento, contribuiu para a intensificação dos desequilíbrios internos (Lardy, 2012).

Os próprios agentes oficiais da economia chinesa tinham consciência da necessidade de lidar com os desequilíbrios causados pela dependência excessiva do investimento e das exportações como fontes de dinamismo. Em 2007 – antes, portanto, da eclosão da crise internacional –, o então premiê chinês, Wen Jiabao, em uma declaração pouco usual para um alto quadro do governo, caracterizou o crescimento econômico chinês no início daquele ano como instável (*unsteady*) e descoordenado (*uncoordinated*)²⁰. Instável, devido ao sobreaquecimento do investimento, à posição externa superavitária e ao excesso de crédito. Descoordenado, pela falta de equilíbrio entre os setores

(20) Lardy (2012).

primário, secundário e terciário (questão que será discutida adiante) e entre consumo e investimento²¹.

De fato, os Planos quinquenais de 2006-2010 e 2011-2015 já apontavam a necessidade de mudanças no modelo de crescimento da China, visando, principalmente, ao aumento do peso do consumo interno como dinamizador do PIB – pelo lado da demanda – e dos serviços – pelo lado da oferta (Paulino e Pires, 2016).

De forma modesta a partir de 2010 e de forma mais nítida a partir de 2015, o consumo final passou de fato a desempenhar o papel de vetor de dinamismo com maior contribuição para a taxa de crescimento na economia chinesa. Isso ocorreu mais em função da desaceleração da taxa de crescimento da formação bruta de capital e da diminuição das exportações líquidas do que por uma aceleração do consumo final, mas de toda forma ajuda no caminho para uma posição mais equilibrada pelo lado da demanda (ver Tabela 2).

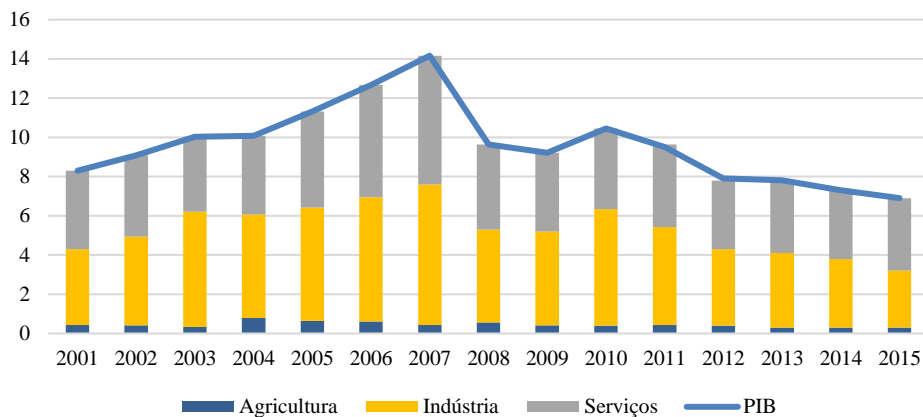
Passando para a análise do PIB sob a ótica da oferta, o Gráfico 4 e a Tabela 3 revelam uma tendência de aumento da importância da indústria no período de aceleração do crescimento, entre 2001 e 2007, embora o setor de serviços também tenha se acelerado. Após 2011, cai o ritmo de crescimento de ambos, mas a desaceleração da indústria é bem superior, resultando em um aumento da importância relativa dos serviços. Em 2013, o setor de serviços ultrapassou o industrial como maior fator de dinamismo do PIB, pelo lado da oferta (Gráfico 4), e com maior peso no total do PIB (Tabela 3).

Vale ressaltar que os movimentos da composição do PIB pelo lado da demanda e da oferta não estão, obviamente, desconectados. Da mesma forma que era natural, até 2010, que o aumento da participação da indústria gerasse uma elevação da participação do investimento, é de se esperar que o aumento da participação relativa do consumo final, que ocorre desde 2010, resulte em uma diminuição relativa da demanda por bens da indústria pesada e um aumento da demanda por bens de consumo, mas também – e talvez de forma preponderante – por serviços (Zhang, 2016).

(21) Wen Jiabao também chamou a economia chinesa de: 1) desequilibrada (*unbalanced*) devido aos estágios desiguais de desenvolvimento entre regiões, entre o setor urbano e o setor rural e entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social; e 2) insustentável (*unsustainable*) devido à falta de proteção ao meio ambiente e à utilização de recursos e energia.

Gráfico 4

Taxa de crescimento do PIB e participação de cada componente pela ótica da oferta (*) – China (2001-2015) – preços constantes



Nota: (*) Indústria inclui construção.

Fonte: *China Statistical Yearbook* (Vários anos).

Tabela 3

Componentes do PIB pela ótica da oferta – em % do PIB – preços correntes – China (2001-2015)

	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Agricultura	14	13	12	11	10	10	10	9
Indústria	45	46	47	47	46	47	44	41
Serviços	40	41	41	42	43	43	46	50

Fonte: *China Statistical Yearbook*, vários anos.

Os desafios para o crescimento e para o reequilíbrio da economia chinesa: capacidade ociosa, superprodução e o crédito

Após a análise do desempenho da economia chinesa entre 2001 e 2015, convém agora tratar dos desafios futuros para o crescimento econômico e dos motivos para que a desaceleração gradual da economia seja fundamental para evitar uma crise de grandes proporções no país.

Como argumenta o Banco Mundial (2015), a desaceleração da economia chinesa não é inesperada, mas é, em certa medida, fruto de um ajuste desejável, tanto por razões de curto, quanto de médio prazo. No curto prazo, porque para lidar com as vulnerabilidades que surgiram em decorrência da crise financeira global, é necessário tomar medidas para a contenção da expansão do

crédito e a redução do excesso de capacidade da indústria. No médio prazo, porque a transição do foco dos investimentos e exportações líquidas para o consumo; e da indústria para os serviços gera inevitavelmente um período de desaceleração. Em maio de 2014, o presidente chinês Xi Jinping afirmou que o país precisava se adaptar a um “novo normal”, marcado pela desaceleração do crescimento, mas por uma maior sustentabilidade da economia.

Já tendo discorrido sobre essa tendência da economia chinesa, a partir de 2010, para uma redução daquilo que vinha sendo entendido como um desequilíbrio na dinâmica do PIB pela demanda e pela oferta, torna-se necessário discorrer sobre um dos maiores desafios para a China no curto prazo: a capacidade ociosa. É importante lidar com esses problemas tanto para impedir crises, quanto para a continuidade do processo de alteração dos vetores de dinamismo da economia chinesa.

A evolução da capacidade ociosa na China impõe desafios para a própria economia chinesa, mas também para o restante do mundo. Internamente, as quedas da taxa de utilização na indústria, associadas ao alto grau de endividamento das corporações não-financeiras²², criam desafios para a China realizar esse almejado *soft landing*. Da perspectiva da economia mundial, o alto grau de capacidade ociosa impõe uma “sombra” à produção industrial e, notadamente, aos investimentos em outros países. Na Tabela 4, é possível verificar alguns resultados de um interessante estudo da *European Chamber*²³. Entre 2004 e 2014, o forte aumento da capacidade total de produção não foi acompanhado por um aumento equivalente da demanda – sobretudo depois da eclosão da crise internacional –, gerando uma tendência de aumento da capacidade ociosa em todos os setores analisados.

(22) De 96,3% do PIB em dezembro de 2008 para 163,6% do PIB em dezembro de 2015 (BIS).

(23) O relatório analisa a sobre-capacidade em oito importantes setores: 1) aço bruto; 2) alumínio eletrolítico; 3) cimento; 4) química; 5) refino; 6) vidro; 7) construção naval; e 8) papel e papelão. Devido às diferenças, no relatório, na forma de análise do setor químico e de construção naval em relação aos demais setores, optou-se por não considerá-los no presente capítulo.

Tabela 4

Capacidade total de produção (milhões de toneladas) e taxa de utilização (%) em indústrias selecionadas – China

	2004	2008	2014	2004	2008	2014	2004	2009	2014
	Aço			Alumínio			Cimento		
Capacidade	304	644	1.140	8	18,1	38,1	1.400	1.870	3.100
taxa de utilização	92%	80%	71%	84%	78%	76%	79%	76%	73%
	Refino de petróleo			Vidro			Papel e papelão		
Capacidade	-	391	686	-	650	1.046	-	89	129
taxa de utilização	-	80%	66%	-	88%	79%	-	90%	84%

Obs: no caso do vidro, a unidade é a "weight case" = 50 kg.

Fonte: European Chamber (2009, 2016).

O aumento da capacidade de produção levou algumas indústrias a uma elevadíssima participação na oferta mundial, que chegou, em 2014, a ao menos 50% nos setores de aço, alumínio e cimento. Isso gera evidentemente uma falta de estímulos para investir nesses setores e até mesmo a necessidade de desinvestimento – explicando, portanto, o plano de desaceleração do investimento e de redução na participação da indústria na China.

Complementando a análise, são também interessantes os estudos do *Center of Finance and Economic Growth* (CKGSB), que tem realizado, desde 2014, pesquisas trimestrais sobre a indústria chinesa²⁴. No relatório do segundo trimestre de 2016, 61% das firmas entrevistadas apontaram estar com excesso de produção, contra 53% e 42% nos períodos análogos de 2015 e 2014. Se no final de 2014, 59% das firmas indicavam a falta de encomendas como o maior problema para a realização dessa produção, um ano depois esse número já tinha subido para 81% (mantendo-se até a metade de 2016, últimos dados disponíveis). Ou seja, vindo de um investimento acelerado no período pré-crise – e ainda mais intenso no pacote anticíclico de 2008 –, a economia chinesa depara-se hoje com uma demanda em queda, com a inevitável consequência de um aumento dos estoques e/ou da capacidade ociosa.

No que concerne à capacidade ociosa, entre os 35²⁵ setores industriais analisados no segundo trimestre de 2016, 18 estavam com capacidade ociosa

(24) A metodologia utilizada é a de questionários, por meio de conversas telefônicas, com, em média, 2.000 firmas com vendas anuais acima de RMB 5 milhões. Ela é realizada de modo que a amostra capte a diversidade de setores industriais, regiões do país e tamanhos das firmas.

(25) Os 35 setores são agrupados em 6 grupos: 1) manufaturas de equipamentos; 2) indústria química; 3) manufaturas leves; 4) mineração; 5) outras manufaturas pesadas e; 6) produção e distribuição de eletricidade, calor, gás e água.

caracterizada como “severa” (ver Tabela 5) – definida quando mais de 10% das firmas sinalizam estar com capacidade ociosa acima de 20%.

Constata-se, pela Tabela 5, que estavam com capacidade ociosa severa, em 2016, 100% dos setores relativos às outras manufaturas pesadas e à mineração, 60% daqueles da indústria química, 50% nas manufaturas de equipamentos, 36% nas manufaturas leves e 50% na distribuição de eletricidade, calor, gás e água.

Tabela 5

Porcentagem de firmas com capacidade ociosa acima de 20% (entre os setores industriais com capacidade ociosa severa em 2016T1)

nº de firmas entrevistadas em 2016T2		2014T3	2014T4	2015T3	2015T4	2016T1	2016T2
Mineração							
11	Mineração e processamento de metais não-ferrosos	13	14	33	0	71	67
6	Mineração e processamento de minérios não metálicos	0	0	43	29	36	36
6	Mineração e lavagem de carvão	0	50	n.d.	60	n.d.	33
Outras manufaturas pesadas							
125	Manufatura de produtos minerais não metálicos	7	6	14	18	40	37
29	Fundição e prensagem de metais não ferrosos	5	0	11	0	32	31
32	Fundição e prensagem de metais ferrosos	0	0	27	22	48	38
141	Manufatura de produtos metálicos	6	5	35	20	25	28
Manufaturas de equipamentos							
142	Manufatura de máquinas e aparelhos elétricos	3	3	43	16	22	25
39	Manufatura de instrumentos de medição	0	0	9	2	15	18
114	Manufatura de máquinas para fins específicos	8	6	28	2	7	18
Indústria química							
10	Processamento de petróleo e combustível nuclear	0	0	38	57	63	60
26	Manufatura de produtos de borracha	15	11	15	0	4	12
126	Manufatura de produtos químicos	2	1	28	2	12	10
Manufaturas leves							
35	Processamento de produtos de madeira	0	0	2	21	26	26
97	Processamento de produtos agrícolas e afins	6	2	17	17	21	18
52	Manufatura de alimentos	0	0	8	6	13	15
30	Manufatura de móveis	7	3	16	3	16	13
40	Manufatura de couro, pele, pena e calçado	11	10	0	12	13	10
Produção e abastecimento							
32	Produção e abastecimento de Água	24	17	0	0	0	19

Fonte: CKGSB China's Industrial Economy Report. Várias edições.

Em decorrência, o investimento fixo não tem mais o ritmo que já teve, com apenas 9% das firmas apontando a realização desse tipo de despesa, sendo apenas 2% com caráter expansionista²⁶.

(26) Considera-se, na pesquisa, que o investimento fixo igual ou inferior a 3% do ativo não tem caráter expansionista, pois não cobre nem a depreciação.

Diante das análises e dados verificados, fica claro, portanto, que a gênese do problema recente de capacidade ociosa na indústria chinesa remonta ao período de aceleração do crescimento, entre 2001 e 2008 – período em que o excesso da produção doméstica podia ser direcionado para mercados externos –, tendo sido intensificado com o pacote de estímulo econômico chinês decorrente da eclosão da crise (European Chamber, 2016).

Entretanto, é necessário fazer uma ressalva em relação aos investimentos em infraestrutura e construção na China, que são responsáveis por grande parte da demanda da indústria pesada²⁷. Apesar da redução nos ritmos, a economia chinesa ainda tem necessidade, no médio e longo prazo, de pesados investimentos em infraestrutura e construção. A população chinesa é de 1,37 bilhão de pessoas e, entre 2001 e 2015, a porcentagem da população que mora na zona rural caiu de 62% para 44%. Esse processo de urbanização ainda não foi esgotado, gerando a necessidade de criar as condições para a entrada dessas pessoas na zona urbana.

Feita a análise da dinâmica da economia chinesa no início do século XXI, a próxima seção discutirá sobre os principais efeitos dessa dinâmica na economia brasileira.

3 Os efeitos (diretos e indiretos) do dinamismo chinês sobre a economia brasileira

As análises acima deixam pistas suficientes para a compreensão de que os movimentos da economia chinesa, atualmente, não passam despercebidos. Longe disso. Dados seu tamanho e sua imbricação com os países de todo o globo, a China está hoje no radar de todos os governos (e agentes privados) do mundo e seu dinamismo econômico tem grandes impactos – diretos e indiretos – sobre os quatro cantos do planeta. Não por acaso, o tão aludido “efeito-China” está em todas as análises econômicas, quaisquer que sejam seus autores ou o foco da investigação. A presente seção discutirá esses aludidos “efeitos-China”, ou seja, os principais efeitos da economia chinesa sobre a brasileira, percorrendo o seguinte caminho investigativo: em primeiro lugar, são analisados os dois principais *vetores originários* dos impactos da economia

(27) De acordo com o relatório da European Chamber (2015), a China teria produzido, em 2011 e 2012, a mesma quantidade de cimento que os EUA em todo o século XX. Além disso, a produção de aço chinesa, em 2015, seria o dobro da produção combinada do Japão, EUA, Índia e Rússia.

chinesa sobre a brasileira, quais sejam: i) comércio exterior; ii) investimentos diretos estrangeiros (IDEs); em segundo lugar, são apresentados os mais importantes *canais macroeconômicos* de transmissão desses impactos sobre a economia brasileira (com foco sobre os preços macroeconômicos e a dinâmica da demanda agregada); por fim, são expostos os dois principais *resultados estruturais* dessa interação, a saber, sobre: i) a estrutura produtiva; e ii) a vulnerabilidade externa.

Principais vetores originários dos impactos da economia chinesa sobre a brasileira

i) Comércio exterior:

O papel da China no comércio exterior brasileiro aumentou enormemente no início do século XXI. Como resultado, já em 2009 a China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil, desbancando os Estados Unidos, que ocupavam esse posto desde 1930. Como mostra a Tabela 6, em 2015, 16% das importações e 19% das exportações brasileiras eram fruto desse comércio com a China.

Tabela 6

Comércio Brasil-China: participação nas exportações e importações totais brasileiras (%)

	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Importações	2%	4%	7%	9%	11%	14%	15%	16%
Exportações	3%	6%	6%	7%	13%	17%	19%	19%

Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

Tanto as exportações quanto as importações cresceram de forma acelerada, mas o resultado dessa relação bilateral foi de superávits comerciais crescentes para o Brasil. No entanto, para além desta avaliação dos valores, é imprescindível olhar também para a composição desse comércio.

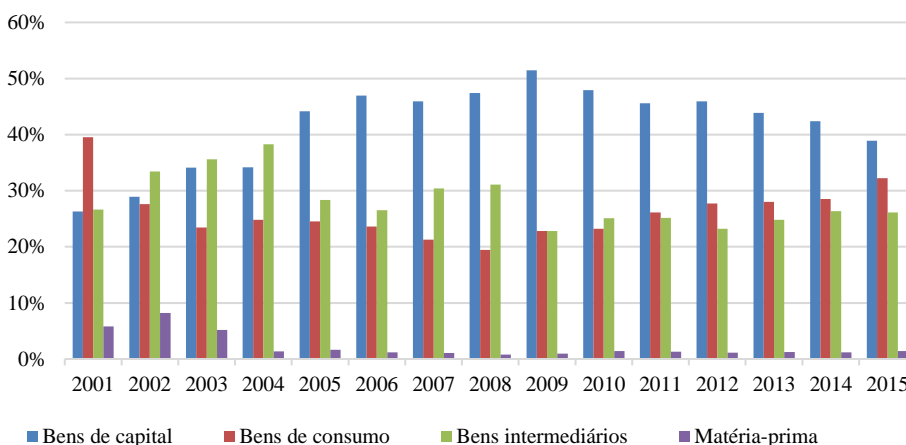
A trajetória histórica discutida na seção 1 levou a uma configuração do comércio exterior chinês assentada em quatro padrões distintos²⁸, com as seguintes características essenciais: a) Japão e Coreia do Sul: China importa preponderantemente bens de capital e produtos de alta tecnologia; e exporta partes e peças industriais intensivas em mão-de-obra; b) Estados Unidos e Europa: China exporta bens de consumo duráveis de menor valor agregado e

(28) Para apresentações alternativas e mais detalhadas sobre os padrões de comércio chinês, ver Medeiros (2008) e Nogueira (2012).

importa bens de alta tecnologia; c) Sudeste asiático: China exporta bens de capital e bens de consumo duráveis e importa insumos (principalmente metalúrgicos), alimentos e matéria-prima; d) Restante dos países periféricos: China exporta produtos industriais (bens de consumo e de capital); e importa alimentos, matéria-prima e energia.

Por mais que essa divisão analítica guarde um inevitável componente de generalização, no caso do Brasil se trata de um retrato com precisão quase absoluta. As figuras abaixo falam por si próprias. O Gráfico 5 mostra que, a despeito das oscilações na parcela de cada categoria, as exportações chinesas para o Brasil são compostas quase que integralmente por bens de capital, de consumo e intermediários.

Gráfico 5
Exportações de bens da China para o Brasil por categoria – %

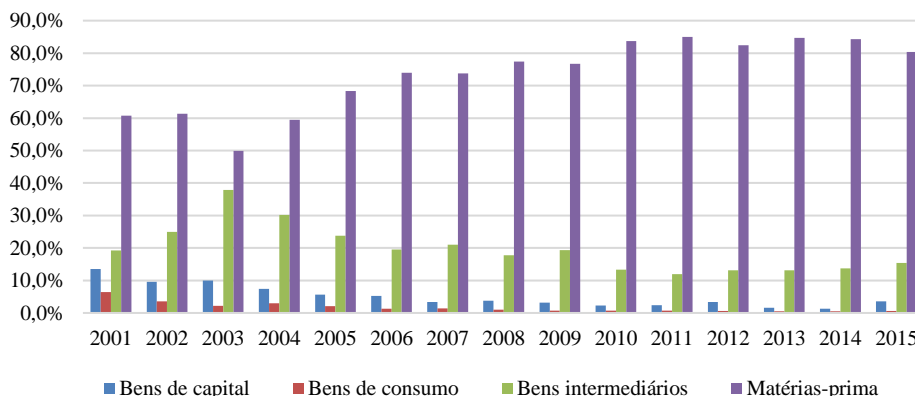


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial.

Por outro lado, a Gráfico 6 mostra que, de 2010 em diante, nada menos que 80% das exportações brasileiras para a China são compostas por matérias-primas. Aproximando a lente, nota-se que a concentração é ainda maior, com os itens relativos a minérios e sementes e grãos – basicamente soja e minério de ferro – representando quase dois terços (64%) em 2015; se somados os combustíveis minerais, chega-se a três quartos do total²⁹.

(29) Dados do Banco Mundial.

Gráfico 6
Exportações da China para o Brasil – % do valor total



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial.

Para os próximos anos, nada indica uma mudança nesse padrão de comércio, no que diz respeito à sua composição. No entanto, existem dúvidas sobre qual será o efeito da desaceleração chinesa, analisada na seção 2, sobre a demanda por *commodities* brasileiras (e, em decorrência, também sobre a trajetória dos preços dessas *commodities*). A esse respeito, convém destacar três elementos. Em primeiro lugar, que a despeito de uma possível redução na participação relativa dos investimentos no PIB chinês, os processos de urbanização e de construção de infraestrutura seguem vigentes – e com força – no país.

Em segundo lugar, que a continuidade do processo de urbanização e de elevação da renda média das famílias na China seguirá implicando um aumento na sua demanda por alimentos. Adicionalmente, a mudança em curso em alguns hábitos alimentares muito provavelmente resultará no crescimento da procura por algumas *commodities* agrícolas específicas (e.g. açúcar e café).

Em terceiro lugar, vale a pena destacar algo bastante elementar, mas que curiosamente não aparece nos debates: se é verdade que o PIB chinês crescia 10% ao ano pouco tempo atrás e agora cresce “meros” 7 ou 6%, é também verdade que esse PIB é hoje bem maior do que antes. Nessas horas, os números absolutos são até mais apropriados do que as taxas e uma comparação simples entre dois momentos no tempo já é esclarecedora: o crescimento do PIB chinês foi de 10,1% em 2004 e de 6,9% em 2015; no entanto, em termos

absolutos, esse crescimento foi de RMB 2,0 trilhões³⁰ de 2003 para 2004, e de RMB 3,9 trilhões³¹ de 2014 para 2015³². Ou seja, o “menor” crescimento relativo de 2015 é de fato uma maior variação absoluta da demanda agregada chinesa³³. Isso não necessariamente significa que essa variação da demanda agregada chinesa implicará maior demanda por *commodities* do que antes, mas mostra como a simples menção a um PIB que cresce a um ritmo menor não diz nada sobre os possíveis efeitos desse crescimento sobre um PIB (no caso, o brasileiro) que foi ficando – relativamente – para trás.

Nota-se, destarte, que a probabilidade de um grande arrefecimento desta demanda no futuro próximo é baixa. Pode ocorrer uma mudança na composição dessa demanda por *commodities*, com um peso relativamente menor das minerais e um peso maior das agrícolas (Paulino; Pires, 2016). E a grande incógnita sobre o tema – que é inclusive fruto de apostas nos mercados futuros – diz respeito à trajetória dos preços das *commodities*, já que eles hoje não dependem exclusivamente do jogo entre oferta e demanda, mas também de uma dinâmica aos mercados financeiros (inclusive especulação).

Com relação à produção brasileira de bens manufaturados, o “efeito-China” tem dois desdobramentos centrais. O primeiro é positivo e deve-se ao aumento das exportações da indústria brasileira para seus principais parceiros latino-americanos, em função do dinamismo de suas economias, oriundo, também – em grande medida – da elevada demanda mundial por *commodities* (e da bolha de preços resultante). O contexto internacional dinâmico³⁴ – impulsionado principalmente pela China, como visto na seção 2 – possibilitou, na primeira década dos anos 2000, um *boom* econômico não apenas no Brasil, mas no conjunto dos países latino-americanos. Assim, se o benefício *direto* desse dinamismo chinês sobre o comércio exterior brasileiro foi um aumento da demanda por *commodities*, seu benefício *indireto* foi o crescimento da demanda latino-americana por bens manufaturados brasileiros.

(30) Crescimento de 10,1% sobre um PIB que, em 2003, era de RMB 19,7 trilhões.

(31) Crescimento de 6,9% sobre um PIB que, em 2014, era de RMB 56,1 trilhões.

(32) Cálculos feitos com valores constantes, para considerar apenas o crescimento real.

(33) E mesmo uma maior variação dessa demanda agregada chinesa em relação ao PIB brasileiro em 2015 do que em 2004, já que o PIB brasileiro cresceu nesse período pouco menos de 50% e o crescimento anual (em termos absolutos) do PIB chinês quase dobrou. Esses mesmos cálculos poderiam ser feitos em US\$, mas a excessiva volatilidade cambial no Brasil tornaria menos claros os efeitos que se pretendia captar.

(34) O contexto internacional mais geral é tratado no capítulo 2 deste livro.

No entanto, esse efeito mostrou seus limites quando a crise internacional ensejou um acirramento da concorrência internacional e a China passou a conquistar esses mercados latino-americanos de bens industriais³⁵. Ou seja, para além do curto-prazo (e da fase ascendente do ciclo econômico), os “efeitos-China” sobre o comércio exterior brasileiro são inequívocos: aumento das exportações de *commodities* e queda nas exportações de manufaturados.

ii) Investimento Direto Estrangeiro (IDE):

Como visto na seção 1, a economia chinesa foi se abrindo à recepção de investimentos diretos estrangeiros (IDE) desde a transição da década de 1970 para 1980, mas de forma gradual e atenta para que eles nunca perdessem sua funcionalidade para as estratégias de desenvolvimento do país – notadamente enquanto um canal que facilita o acesso a novas tecnologias. Os investimentos chineses no exterior, por sua vez, permaneceram ainda por décadas em patamares muito baixos e foi apenas a partir de 2004 que eles passaram a crescer de forma acelerada³⁶; assim como ocorre com os investimentos *inward*, a liberalização gradativa desses investimentos *outward* nunca significou uma negligência com relação ao seu papel na busca pelas estratégias delineadas pelo governo central³⁷. Como afirmam Santos e Milan (2014), esse investimento tem também um caráter geopolítico. Não por acaso, os setores priorizados são nitidamente aqueles ligados a recursos naturais, energia e infraestrutura³⁸. Como nota Barbosa (2010), trata-se de um investimento associado ao aprofundamento do mercado doméstico chinês e à carência de recursos a ele associada.

Análises recentes já permitem vislumbrar um investimento chinês no exterior de caráter mais convencional – mais focado em mercados e lucros –, mas, no Brasil, ele ainda não é preponderante. Embora esteja crescendo o

(35) Cf. Baltar e Prates (2014).

(36) De acordo com dados da Unctad (2012), os investimentos chineses no exterior foram praticamente decuplicados entre 2004 e 2009 (passaram de uma média anual inferior a US\$ 6 bilhões para algo em torno a US\$ 55 bilhões).

(37) Luo, Xue e Han (2010) afirmam que ao longo das últimas décadas o governo chinês passou de um estrito regulador dos investimentos chineses no exterior para um apoiador e “guia” desses investimentos, tendo papel ativo na sua coordenação e mesmo na sua negociação.

(38) Cf. Kang e Jiang (2012). O investimento chinês no exterior é, na maioria dos casos, intermediado por outros centros financeiros (e.g. Hong Kong), o que dificulta a análise acurada dos dados. Com uma metodologia própria, o *China-Brazil Business Council* fornece alguns dados sobre o tema (CBBC, 2013).

número de projetos de investimento com esse caráter, seus valores são ainda pequenos se comparados àqueles voltados a recursos naturais, energia e infraestrutura. Adicionalmente, mesmo este investimento *market seeking* costuma estar associado às possibilidades de geração de uma demanda cativa por bens intermediários (e mesmo de capital) chineses que precisam ser “escoados”. De fato, muitas empresas chinesas costumam manter boa parte da produção na própria China, realizando apenas a montagem no país de destino do investimento³⁹.

Este padrão de investimentos no exterior de cunho preponderantemente coordenado – ou, ao menos, alinhado com o planejamento central – resulta, à semelhança do que ocorre com o comércio exterior, na conformação de uma divisão espacial do globo em blocos com padrões distintos⁴⁰. Assim, a China coloca o Brasil (junto com o restante da América Latina e a África) na área dos investimentos em recursos naturais e energia⁴¹. De forma associada, faz parte dos planos chineses um investimento massivo – no Brasil e na América Latina – em infraestrutura, para a redução dos custos de transporte de matérias-primas agrícolas e minerais para a China; são investimentos com prováveis efeitos positivos sobre a demanda agregada e a competitividade dos produtos brasileiros, mas que trazem o risco de uma perda adicional de soberania nacional sobre setores-chave de infraestrutura.

Por fim, vale mencionar um último “efeito-China” sobre os investimentos direto estrangeiros direcionados ao Brasil, qual seja, sobre aqueles que têm origem nos países centrais. Pelos motivos discutidos anteriormente, o Brasil deixa de ser visto como uma plataforma de produção de bens manufaturados para a América Latina (e mesmo para o mercado interno),

(39) “Overall, Chinese companies tend to maintain the majority of the production process at home, leaving only the assembly stage for the host country. Often times they will utilize a model known as Completely Knocked-Down Production (CKD) - where all parts and components are imported from the home country and then assembled locally into the final product” (CBBC, 2013, p. 50). Os ataques do governo Temer a todo tipo de política que priorize (ou exija) componentes locais só reforçará essa tendência.

(40) O investimento em busca de mão-de-obra barata direciona-se principalmente para os países mais pobres do sudeste asiático (notadamente Camboja e Vietnam); aquele em busca das possibilidades de desenvolvimento tecnológico, divulgação da marca e aquisição de *know-how* administrativo, vai sobretudo para os países da OCDE. Para detalhes, ver CBBC (2013).

(41) Entre os interesses prioritários, está a aquisição de terras (para a produção agrícola ou extração mineral) e fontes de energia. Para detalhes, ver Cepal (2013) e Hiratuka e Sarti (2016).

gerando uma tendência à redução do IDE de países centrais na indústria brasileira.

Vistos os dois principais vetores originários dos impactos da economia chinesa sobre a brasileira – comércio exterior e IDEs –, passa-se abaixo à avaliação dos canais macroeconômicos de transmissão desses efeitos.

Canais macroeconômicos de transmissão dos efeitos

Os canais macroeconômicos de transmissão dos efeitos da economia chinesa sobre a brasileira podem ser verificados essencialmente por meio dos preços macroeconômicos e do dinamismo da demanda agregada (e, particularmente, do investimento agregado).

No curto prazo, o efeito primário sobre a demanda agregada foi positivo para o Brasil. Em primeiro lugar, porque a grande demanda chinesa por *commodities* agrícolas e minerais e a decorrente elevação nos preços desses produtos⁴² permitiu os expressivos superávits comerciais supramencionados. Em segundo lugar, pois a capacidade chinesa de produzir bens manufaturados a baixo custo significou uma mudança de preços relativos que favoreceu enormemente a aquisição desses bens pela classe trabalhadora. De fato, a incorporação de uma parcela outrora marginalizada no “mercado de consumo de massa” que foi verificada nos governos Lula e Dilma⁴³ resultou da queda do desemprego e da elevação da renda média, mas também desse barateamento dos bens industriais proporcionado pela manufatura chinesa. É inegável, portanto, que o aumento do poder aquisitivo das famílias brasileiras na primeira década do século deveu-se também a esse comércio exterior com a China.

Adicionalmente, em um contexto de abundância de liquidez internacional, os superávits comerciais – associados ao dinamismo econômico engendrado no Brasil e às elevadas taxas de juros nacionais – estimularam a entrada de volumosos recursos também pela conta financeira e apostas no mercado futuro que resultaram na contínua apreciação do real. Essa queda da taxa de câmbio, associada ao barateamento dos produtos manufaturados,

(42) Embora a elevação dos preços das *commodities* tenham também outras causas – inclusive financeiras –, é inquestionável a importância da demanda chinesa, associada, em grande medida, ao processo de urbanização destacado na seção 2 do capítulo. Nota-se, portanto, a combinação dos efeitos *quantum* e *preço* na configuração desse saldo comercial brasileiro com a China.

(43) Para detalhes, ver Carneiro (2017).

contribuiu para o expressivo aumento dos salários reais médios no Brasil. Todos esses canais (aumento das exportações líquidas, do consumo e, associadamente, dos investimentos) configuraram a contribuição do “efeito-China” às razoavelmente altas taxas de crescimento do PIB brasileiro no período 2004-2010.

No médio prazo, porém, os resultados macroeconômicos não foram apenas positivos e a variável-chave a ser analisada é o investimento agregado. De fato, a dinâmica econômica engendrada no Brasil por esses “efeitos-China” resulta em duas principais consequências sobre as taxas de investimento no país. Em primeiro lugar, há um óbvio estímulo aos investimentos em setores ligados à exploração de recursos naturais (Bielschowsky, 2014).

Em segundo lugar, no entanto, há um igualmente evidente desestímulo aos investimentos na indústria. Como é notório, esses investimentos industriais são preponderantemente induzidos, ou seja, dependem das perspectivas de demanda e da capacidade utilizada. Ora, se o capitalismo contemporâneo funciona de forma crescentemente global, é também nessa esfera que os empresários vislumbram hoje a necessidade – ou a pertinência – de investir. Em meio a uma crise internacional, que reduziu enormemente o ritmo de crescimento da demanda agregada global, e à continuidade – ou mesmo aceleração, em função das políticas anticíclicas praticadas – do aumento do estoque de capital na China, a capacidade ociosa nesse país cresceu em muitos setores (como visto na seção 2). Assim, muitas empresas estabelecidas no Brasil não terão estímulos para investir enquanto não for digerido esse excesso de capacidade na China. Em poucas palavras, no atual estágio de funcionamento do capitalismo global, o excesso de capacidade ociosa na China (ou em qualquer lugar do mundo) debilita o “mecanismo acelerador”⁴⁴ da indústria brasileira⁴⁵; e reduz o potencial de elevação da produtividade no país, em geral relacionado ao investimento industrial⁴⁶.

De fato, o período 2004-2010 é ilustrativo da constituição de um círculo virtuoso, no Brasil, entre crescimento do consumo e crescimento do investimento; e o período 2011-2013 revela de forma eloquente os resultados de uma economia na qual o consumo das famílias continua crescendo, mas não

(44) Por “mecanismo acelerador”, entende-se o efeito de um crescimento da demanda agregada sobre o investimento agregado.

(45) Essa “arbitragem entre investimento e importações” é tratada em Sarti e Hiratuka (2017).

(46) Como sugere a lei de Kaldor-Verdoorn.

é acompanhado pelo crescimento dos investimentos. Com a quebra da engrenagem determinada pelo mecanismo acelerador, o círculo virtuoso se rompe; aumenta a parcela da demanda doméstica que “vaza” para o exterior; e o “efeito-China” sobre os indicadores macroeconômicos brasileiros mostra também seus aspectos negativos.

Esses canais macroeconômicos transmitem, portanto, os impactos do comércio exterior e do IDE sobre o conjunto da economia brasileira, determinando importantes resultados estruturais.

Resultados estruturais

i) Estrutura produtiva

Feitas as análises sobre alguns dos “efeitos-China” sobre a economia brasileira, chega-se àquele que é aqui considerado como o mais importante: as consequências sobre a estrutura produtiva brasileira. Para aqueles que clamam pela irrelevância da composição setorial da produção de um país (e.g. Pessoa, 2014), esse efeito não deve ser considerado um problema. Para aqueles, no entanto, que percebem o papel central da indústria para a economia nacional – em linha com as tradições cepalina ou kaldoriana –, não há como evitar a inquietação. Seja olhando para o produto nacional, seja – principalmente – olhando para a pauta do comércio exterior, é patente um processo que pode até não ser retilíneo, mas aponta em uma direção muito clara, a fragilização da indústria brasileira ao longo do século XXI⁴⁷. A competição com a China, associada ao posicionamento dos preços macroeconômicos – notadamente das taxas de câmbio e de juros – no Brasil nas últimas décadas levou a indústria brasileira a adaptar-se, tornando-se crescentemente importadora e financeirizada⁴⁸. Se as consequências macroeconômicas dessa indústria fragilizada já foram discutidas acima (enfraquecimento do mecanismo

(47) A participação da indústria no PIB brasileiro já foi superior a 20% e atingiu, em 2015, 11,4% (dados do IBGE). A participação de conteúdo importado na indústria brasileira, que era de cerca de 16% no início do século, esteve em torno de 23% em 2016 (dados da CNI). A participação dos manufaturados no total das exportações brasileiras, que era de 59,1% em 2000, caiu para 38,1% em 2015 (dados da Funcex). O saldo da balança comercial industrial, que era equilibrado no início da década passada e chegou a ser superavitário entre 2002 e 2007, tornou-se crescentemente negativo desde então, fechando 2015 em US\$ -27,8 bilhões (dados do MDIC).

(48) Fenômenos globais, mas com traços particulares no Brasil. Para detalhes sobre as mudanças sofridas pela indústria brasileira no período recente – com abordagens distintas –, ver Sarti e Hiratuka (2017); Diegues e Rossi (2016) e Cano (2014 e 2012). Para o papel da China na desindustrialização brasileira, ver Jenkins (2015).

acelerador), convém destacar também seus efeitos negativos sobre a estrutura do emprego na economia (com substituição de empregos industriais por empregos de menor qualidade nos serviços), sobre as possibilidades de desenvolvimento tecnológico, sobre o balanço de pagamentos e assim por diante.

No entanto, essa re-especialização produtiva não se restringe apenas a uma perda da importância relativa do setor industrial em comparação aos outros (em favor dos serviços, no que concerne à composição do PIB; e em favor das matérias-primas agrícolas e minerais, no tocante às exportações), mas também a mudanças na composição interna a cada setor. Na indústria, nota-se perdas de elos produtivos notadamente nos bens de capital, bens intermediários e setores característicos do paradigma tecno-econômico da eletrônica; com esse desadensamento, a indústria brasileira vai ficando cada vez mais ausente dos nichos de alta tecnologia e dos mercados mais dinâmicos da economia global. No setor agrícola, a elevada demanda por *commodities* acentua a histórica tendência de priorização do *agrobusiness* (latifúndios com monocultura) em relação à agricultura familiar, com notáveis consequências ecológicas e sociais.

ii) *Vulnerabilidade externa*

Por fim, é absolutamente crucial avaliar os impactos desses “efeitos-China” sobre a vulnerabilidade externa do Brasil. Por um lado, é claro o protagonismo da China na configuração das condições internacionais – principalmente a dinamização do comércio global e a associada abundância de liquidez internacional – que permitiram ao Banco Central do Brasil a estratégia de massivo acúmulo de reservas internacionais, que em princípio reduzem a vulnerabilidade externa⁴⁹.

Por outro lado, as mudanças na estrutura produtiva acima apresentadas ensejam uma maior suscetibilidade da economia brasileira aos movimentos da economia global. Como mostra a história, economias assentadas em *commodities* tornam-se excessivamente dependentes de seus preços. Como também mostra a história, os preços das *commodities* são muito voláteis, de forma que essa excessiva dependência configura um risco não desprezível. Como, por fim, mostra a história, a fragilidade da estrutura industrial tende a resultar em repetidos momentos de restrição externa. Nada novo, portanto, na

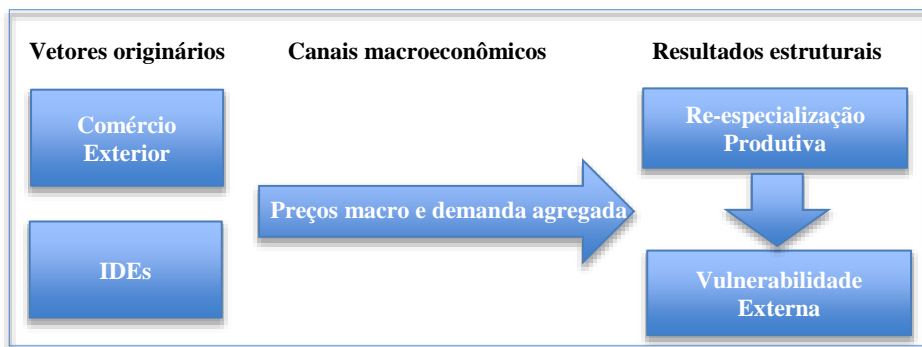
(49) De 2004 a 2012, as reservas internacionais brasileiras passaram de algo em torno a US\$ 50 bilhões para um patamar superior a US\$ 370 bilhões.

história do país, mas uma preocupação que foi negligenciada no período de *boom* das *commodities* e euforia econômica.

A crise atual reapresenta com novas tintas uma evidência que não deveria ter sido jamais esquecida: a inserção – produtiva e financeira – do Brasil na economia global continua configurando um quadro de extrema vulnerabilidade para o país; e a adaptação da economia brasileira diante da mundialização e de todos os “efeitos-China” analisados acima – ou à “nova Divisão Internacional do Trabalho”, que tem na China a principal manufatura do mundo – não faz senão acentuar muitos aspectos (notadamente ligados à estrutura produtiva) desse quadro de extrema vulnerabilidade.

Nota-se, portanto, que essa nova realidade da economia internacional e os efeitos decorrentes da atual articulação com a China são de fato muito importantes para o conjunto da economia brasileira e podem ser esquematizados da seguinte forma (Esquema 1):

Esquema 1
Encadeamento dos efeitos



Fonte: Elaboração própria.

Considerações finais

O artigo procurou mostrar de forma sumarizada os principais traços da extraordinária trajetória da economia chinesa desde 1949 – e não desde 1978, como querem alguns. Essa perspectiva histórica revela dois aspectos óbvios, mas nem por isso menos impressionantes (além de cruciais para toda investigação que se debruce sobre o tema). O primeiro, é que o país cresce a taxas muito superiores à média global já há quase setenta anos. O segundo, é que não é a primeira vez que o Estado chinês planeja e efetiva mudanças

importantes em sua economia; os anos de 1949, 1978 e 1992 foram marcos de transições estruturais não triviais e bem sucedidas naquilo que se propunham a fazer. A despeito do progressivo processo de ampliação da dita “economia de mercado”, a manutenção de um Estado forte – e que conta com eficientes instrumentos à sua disposição, como bancos públicos, controles de capital e grandes empresas públicas – e a louvável prática de estabelecer planos de longo prazo permitem-lhes lidar com desajustes, enfrentar crises e efetuar alterações estruturais em sua economia de forma muito mais eficiente do que outros países. Será necessário acompanhar com atenção a transição em curso – e os desafios de curto e médio prazo para a dinâmica de crescimento da economia chinesa, discutidos na seção 2 –, mas não convém desprezar a capacidade chinesa de sentir bem as pedras e atravessar o rio com segurança, como na expressão de Deng Xiaoping.

Essa clareza nos objetivos e no planejamento de longo prazo aparecem também na relação da China com o Brasil. Do ponto de vista geopolítico, seu principal interesse em relação ao Brasil é o apoio para a estruturação de uma “nova ordem internacional”, que passe pelos BRICS e por um maior espaço para a atuação chinesa na América Latina (região historicamente orientada para os EUA, mas que se vincula crescentemente à China⁵⁰).

Do ponto de vista econômico, os objetivos chineses no Brasil são primordialmente: i) no tocante aos bens, abastecer-se de *commodities* agrícolas e minerais brasileiras; e o acesso ao mercado interno brasileiro para a venda de bens industriais chineses (inicialmente bens de consumo de baixa tecnologia, mas progressivamente caminhando para bens de mais alta tecnologia e bens de capital⁵¹); ii) no tocante aos ativos, a aquisição de terras, jazidas minerais, empresas do setor de energia elétrica e demais empresas potencialmente compradoras de bens intermediários e de capital chineses; e a melhoria da infraestrutura (notadamente de transportes) para o escoamento das *commodities*.

Portanto, seja pela via do comércio, seja pela via dos IDEs, o resultado estrutural dessa relação econômica com a China, com as características com que ela hoje ocorre, é o aprofundamento da especialização produtiva no Brasil e, em decorrência, o aumento da sua vulnerabilidade externa. Aos olhos do

(50) Processo que pode ser até auxiliado (ainda que de forma involuntária) pela postura do governo Trump em relação à América Latina.

(51) Para detalhes, ver Nogueira (2012) e Milaré e Diegues (2016).

Estado chinês – e, na verdade, da grande maioria dos agentes econômicos internacionais, sobretudo dos países centrais –, o papel do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), apresentado acima, é muito claro; e ele vem se efetivando. Mas não faz o menor sentido responsabilizar a China pelos efeitos de sua economia sobre a estrutura produtiva brasileira. Eles refletem, de fato, a forma com que o Brasil se inseriu na economia global e sua incapacidade histórica de alterar sua posição na DIT.

De fato, esses “efeitos-China” só potencializam aquilo que já estava inscrito no processo de mundialização erigido sobre uma estrutura centro-periferia, nas reformas liberais iniciadas nos anos 1990 e mesmo na estratégia do pensamento econômico liberal, que defende o aproveitamento das “vantagens comparativas”. No entanto, as “vantagens comparativas” chinesas foram *construídas* pelo processo aqui mostrado, enquanto o Brasil optou por outra trajetória, olhando menos para o longo e mais para o curto prazo.

Nos governos Lula – de forma bem tímida – e Dilma – de forma um pouco mais explícita – houve alguns esforços para o fortalecimento do setor industrial, mas que se mostraram totalmente insuficientes diante do quadro internacional contemporâneo e do arranjo macroeconômico vigente, resultando no processo de fragilização do setor e de regressão produtiva debatidos acima. Agora, com o governo Temer, que aparentemente não dá importância à indústria e defende que o Brasil deve explorar as complementaridades com a economia chinesa (leia-se, assumir fielmente seu papel na DIT), o processo de regressão produtiva deverá ser ainda mais intenso. Afinal, lidar com essa complexa situação dentro de marcos liberais, sem um mínimo de coordenação estatal, significará o aprofundamento inequívoco de um processo que vai se tornando cada vez mais difícil de ser revertido.

Antes da clássica reflexão sobre o que somos e o que poderíamos ser, é necessária, portanto, a discussão sobre o que queremos que sejamos e o que queremos ser.

Referências bibliográficas

BALTAR, C.; D. PRATES. *Brazilian Export Dynamism and the Threat of Chinese Exports from 2008 to 2012*. In: Workshop on Currency Hierarchy, Berlim, 2014.

BANCO MUNDIAL. *Chinas Economic Update*. Macroeconomic and Fiscal Management Global Practice, 2015.

BIELSCHOWSKY, R. Estratégias de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. In: CALIXTRE, A. et al. (Org.). *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: Ipea, 2014.

BARBOSA, A. China e América Latina na nova divisão internacional do trabalho. In: LEÃO, R. et al. (Org.). *A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos*. Brasília: Ipea, 2011.

CANO, W. *A desindustrialização no Brasil*. Campinas: Unicamp. IE, jan. 2012. (Texto para Discussão, 200).

CANO, W. *(Des)Industrialização e (Sub)Desenvolvimento*. Campinas: Unicamp. IE, set. 2014. (Texto para Discussão, 244).

CARNEIRO, R. Navegando a contravento (Uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do Governo Dilma Rousseff). Campinas: Unicamp. IE, mar. 2017. (Texto para Discussão, 289).

CBBC – China-Brazil Business Council. *Chinese investments in Brazil from 2007-2012: a review of recente trends*. CBBC/IDB, 2013.

CEPAL. *Chinese foreign direct investment in Latin America and the Caribbean: China-Latin America cross-council taskforce*. Nov. 2013. (Working Document).

DIEGUES, A. C.; ROSSI, C. Além da desindustrialização: transformações no padrão de organização e acumulação da indústria em um cenário de ‘Doença Brasileira’. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 21, *Anais...* 2016.

EUROPEAN CHAMBER. *Overcapacity in China: an Impediment to the Party’s Reform Agenda*. European Union Chamber of Commerce in China. Roland Berger, 2016.

_____. *Overcapacity in China: Causes, Impacts and Recommendations*. European Union Chamber of Commerce in China. Roland Berger. 2009.

HIRATUKA, C. & F. SARTI. Relações econômicas entre Brasil e China: análise dos fluxos de comércio e investimento direto estrangeiro. *Revista Tempo do Mundo, IPEA*, v. 2, n. 1, jan. 2016.

HU, A. Embracing China’s “new normal”: why the economy is still on track. *Foreign Affairs*, may/jun. 2015.

JENKINS, R. Is Chinese competition causing deindustrialization in Brazil? *Latin American Perspectives*, v. 42, n. 6, Nov. 2015.

LUO, Y; XUE, Q.; HAN, B. How emerging market governments promote outward FDI: Experience from China. *Journal of World Business*, v. 45, p. 68-79, 2010.

KANG; YUANFEI; FUMING. FDI location choice of Chinese multinationals in East and Southeast Asia: Traditional economic factors and institutional perspective. *Journal of World Business*, v. 47, p. 45-53, 2012.

LARDY, N. *Sustaining China's Economic Growth After the Global Financial Crisis*. Washington, DC: Peterson Institute for International Economics, 2012.

MEDEIROS, C. A. A China como duplo polo na economia mundial e a recentralização asiática. *Revista de Economia Política*, v. 26, n. 3, p. 381-400, 2006.

MEDEIROS, C. A. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China. In: FIORI et al. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Record, 2008.

MILARÉ, L.; DIEGUES, A. C. As contribuições de Mao Tsé-Tung para a industrialização chinesa. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, maio/ago. 2012.

_____. Há uma revolução na estrutura produtiva chinesa? *Revista Economia e Políticas Públicas*, v. 4, n. 1, 1º sem. 2016.

MONTEIRO NETO, A. Dilemas do desenvolvimento na China: crescimento acelerado e disparidades regionais. Rio de Janeiro: Ipea, out. 2005. (Texto para Discussão, n. 1126).

NOGUEIRA, I. Cadeias produtivas globais e agregação de valor: a posição da China na indústria eletroeletrônica de consume. *Revista Tempo do Mundo*, v. 4, n. 3, dez. 2012.

PAULINO, L.; PIRES, M. As relações entre China e América Latina frente ao novo normal da economia chinesa. *Revista Economia e Políticas Públicas*, v. 4, n. 1, 1º sem. 2016.

PERKINS, D. History, politics, and the sources of economic growth: China and the East Asian way of growth. In: FUMIO, I. (Ed.). *China in the twenty-*

first century: politics, economy, and society. Tokyo, Japan: United Nations University Press, 1997.

PESSOA, S. Indústria e câmbio. *Folha de São Paulo*, 9 mar. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2014/03/1422788-industria-e-cambio.shtml>. Acesso em: 17 fev. 2017.

POPOV, V. *Mixed fortunes: an economic history of China, Russia, and the West*. Oxford University Press, 2015.

SANTOS, L.; MILAN, M. Determinantes dos investimentos diretos externos chineses: aspectos econômicos e geopolíticos. *Revista Contexto Internacional*, v. 36, n. 2, p. 457-486, jul./dez. 2104.

SARTI, F.; HIRATUKA, C. Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais. Campinas: Unicamp. IE, abr. 2017. (Texto para Discussão, 290).

SINGH, A. *The plan, the market and evolutionary economic reform in China.*, Dec. 1993. (Discussion papers Unctad, n. 76).

UNCTAD. *World Investment Report 2012: Towards a New Generation of Investment Policies*, 2012.

ZANA, E. *O papel do setor externo no crescimento da economia chinesa (1978-2008)*. Dissertação (Mestrado)–IE/Unicamp, 2016.

ZHANG, L. *Rebalancing in China – Progress and Prospects*. International Monetary Fund. Asia and Pacific Department, 2016. (IMF Working Paper, WP/16/183).